

Ata da reunião da Câmara Técnica de Educação da Fiocruz

24 e 25/04/2017

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Presidente: Nísia Trindade Lima

Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

Vice-presidente: Manoel Barral Netto

Coordenação Geral de Pós-Graduação

Coordenadora: Maria Cristina Rodrigues Guilam

Sumário Executivo

Realizou-se nos dias 24 e 25 de abril de 2017 reunião da Câmara Técnica de Educação da Fiocruz, coordenada pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação tendo como foco principal a orientação por *mais integração na educação ofertada pela Fiocruz*. Contando com a participação de 70 pessoas provenientes de 25 unidades ou áreas da instituição, as ideias, reflexões e proposições trazidas e debatidas ao longo dos vários momentos foram sistematizadas em seis grandes blocos temáticos, que são articulados entre si.

A elaboração desta sistematização contou com o apoio dos próprios participantes, que, tendo recebido uma versão preliminar, puderam apresentar contribuições para aperfeiçoamento, de forma que o texto ganhasse maior fluidez e organicidade. O resultado poderá ser aperfeiçoado nos debates que devem prosseguir nos próximos momentos, porém já é instrumento para reflexão e ação coletivas na implementação da política educacional da Fiocruz.

Integração

Diretrizes: Como *diretrizes orientadoras*, afirma-se que a *Integração*:

1. Além de ser uma vontade política, é um imperativo do contexto atual, para que possamos dar mais potência às nossas ações educacionais;
2. exige quebrar “caixinhas organizacionais” às vezes tão danosas para a geração de conhecimento relevante e para permitir fortalecer o sistema educacional na interação com o contexto social em que se situa; e,
3. pensando a educação como um projeto para o Estado, propõe trabalhar programas alinhados aos grandes desafios da Fiocruz, que não sejam apenas somatório de disciplinas.

Estratégias: como *estratégias* que para contribuir para *mais integração na educação*, foram propostas:

1. Para maior articulação e integração, propiciar momentos comuns de discussão da CTE com as Câmaras Técnicas de Pesquisa e de Informação e Comunicação;
2. investir na integração com instituições e cursos externos, além da busca de integração entre ações internas;
3. definir uma agenda para a integração, estabelecendo ações, metas e cronograma;
4. aprofundar o conhecimento entre as unidades sobre as ofertas feitas pelos diversos programas, para identificar possibilidades de intercâmbio, articulação e integração de ofertas;
5. investir na experiência de disciplinas compartilhadas, para isso avaliando quais temas e conteúdos merecem ser priorizados, para que tais disciplinas possam ser usadas por várias unidades e cursos;
6. manter a indução, pela VPEIC, na expansão da oferta de formação para o SUS nas regiões menos atendidas, engajando várias unidades e fortalecendo a consolidação das novas unidades;

7. implementar a prática de defesas de dissertações e teses por meio de webconferências, para permitir maior participação de membros externos, em âmbito nacional e internacional.

Pontos de atenção e sugestões:

1. Para *integrar* é necessário *conhecer* o que cada unidade e programa fazem e para isso é necessário melhorar a *interlocução* e a *capilaridade da informação*, sobretudo das unidades do Rio com as unidades regionais, estabelecendo metas de curto e longo prazo, para isso sendo sugeridos mini-simpósios que envolvam as pessoas dos programas;
2. a plataforma de gestão acadêmica é elemento importante para o avanço da integração;
3. é necessário discutir a manutenção e estímulo de demandas para as disciplinas compartilhadas já criadas;
4. criar um GT para escutar quais os programas querem compartilhar disciplinas, pensar diferenciadas propostas para atender ao máximo de unidades. Disciplina Metodologia Científica já apareceu como uma demanda no FUR.

Internacionalização:

Diretrizes:

1. Criar ambiente internacional na Fiocruz que beneficie as atividades de pesquisa e de formação, buscando garantir o caráter de mão dupla da internacionalização (enviar e receber estudantes);
2. manter a agenda afirmativa quanto ao importante papel do Brasil em relação aos países de língua portuguesa.

Estratégias:

1. Identificar docentes e programas que podem/desejam receber estudantes estrangeiros, para organizar e agilizar atendimentos;
2. definir metas para cada programa que tenha condições de receber alunos estrangeiros;
3. desenvolver atuação da Fiocruz, em nível central, na desburocratização dos processos relativos aos intercâmbios internacionais, especialmente para troca de material biológico e reagentes vindos de universidades estrangeiras parceiras, para realização de pesquisas.

Observações/alertas:

1. Considerar resultados do programa de acolhimento a estudantes estrangeiros já iniciado no Rio para avaliar oferta para as regionais;
2. disponibilizar resultados de consulta-pesquisa feita pela VPEIC sobre internacionalização;
3. aprofundar conhecimento e discussão sobre co-tutela, com vistas à implementação efetiva;
4. considerar o ponto crítico que é a dificuldade de nossos alunos, alguns docentes e apoio acadêmico no uso da língua estrangeira, e pensar como podemos atuar para resolver as iniquidades na formação em língua estrangeira.

Formação de docentes e atualização dos projetos pedagógicos:

Diretrizes: para aprofundamento da formação de docentes, destacam-se como diretrizes:

1. Desenvolver reflexão sobre o sentido dos nossos programas educacionais para a sociedade contemporânea, com postura mais prospectiva do que apenas respondendo às demandas;
2. desenhar a nova formação dos profissionais docentes, para formarmos cientistas com visão mais ampla, para isso partindo das autocríticas já realizadas, saindo de nossa zona de conforto e considerando o momento desafiador que vivemos, atentos às alterações em curso no mundo (nas tecnologias, nas relações pessoais, no mundo do trabalho, etc);
3. valorizar, na formação de pesquisadores, a comunicação social da ciência, tendo como base o debate sobre a confiança pública na ciência e a importância da comunicação com a sociedade, assim como o tratamento da ética e integridade na pesquisa;
4. no *aggiornamento* dos docentes, investir no debate sobre as concepções de educação a trabalhar, articulado com a capacitação em metodologias ativas e incorporação das tecnologias de informação e comunicação, tendo o Campus Virtual como instrumento para viabilização dessas capacitações;
5. buscar implementar a avaliação dos efeitos dos programas ofertados sobre as práticas dos profissionais no sistema de saúde.

Estratégias:

1. Fazer a preparação dos docentes por meio de cooperação entre as unidades, com o uso de apoios e intercâmbios;
2. realizar seminário sobre metodologias ativas praticadas na Fiocruz, intercambiando experiências e visões entre as unidades e com especialistas convidados;
3. desenvolver curso de aperfeiçoamento pedagógico, 180h, a ser ofertado de modo integrado para as unidades, com base em disciplinas que já são ofertadas atualmente e apoio dos docentes responsáveis por elas;
4. criar mecanismo para se conhecer os conteúdos dos recursos educacionais já desenvolvidos pelas Unidades, para que estes possam se tornar mais acessíveis e que o uso deles por todas as unidades seja efetivo;
5. investir em projetos em que alunos do *Stricto Sensu* possam atuar como professores do *Lato Sensu*, como prática de aprendizagem docente, com orientação e supervisão, não como uso de força de trabalho barata;
6. incentivar a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, tendo como referência o PDI construído há pouco, buscando construir a interdisciplinaridade nos cursos, e com foco no aumento da escala, por meio de maior utilização da EaD e dos projetos viabilizados em rede.

Observações/alertas:

1. As práticas educacionais precisam ser transformadas, para isso, a condição é investirmos na preparação de nossos docentes, para que se sintam mais empoderados e seguros no uso de novos recursos e metodologias;
2. necessário levar discussão para os níveis superiores responsáveis pela regulação da pós-graduação sobre o desequilíbrio do sistema de pontuações de pesquisa e docência nas carreiras dos profissionais, que desestimula os pesquisadores a investirem em docência e se capacitarem como tal;
3. considerar a possibilidade de intercâmbio ou parceria com a UFRJ/NUTES que possui curso para formação de docentes;
4. nos cursos que ofertamos não incluímos a formação em didática, quando sabemos que grande parte de nossos egressos vai se tornar docente.

Doutorado profissional:

Diretrizes:

1. Estabelecer a visão/orientação geral da Fiocruz sobre a implementação do doutorado profissional, definindo perfil e linhas, de modo que a atuação institucional não fique presa à lógica de apenas realizar ofertas para atender demandas isoladas;
2. consolidar o doutorado profissional como elemento estruturante para a área profissional, para fortalecer os programas que temos hoje, não necessariamente com foco corporativo;
3. aprofundar definições institucionais sobre os papéis (e interações) da Escola Corporativa com a ENSP e outras unidades na oferta de pós-graduação para servidores da Fiocruz.

Estratégias:

1. A construção do doutorado profissional no campo da gestão se fará por meio de articulação entre a VPEIC e escola de governo com a escola corporativa;
2. a VPEIC representará a Fiocruz na articulação com outras instituições para elaborar os APCN do doutorado profissional antes de maior detalhamento regulatório pela CAPES.

Observações/alertas:

1. Há várias discussões e desenhos iniciais sobre doutorado profissional já em curso na instituição, que precisam ser acompanhadas; em discussão a viabilização do doutorado na área de fármacos;
2. os mestrados profissionais são reconhecidos mas não temos financiamento estável.

Escola de Governo da Fiocruz - EGF

Diretrizes:

1. A Escola de Governo é espaço que agrega todos os níveis de oferta educacional que tenham vinculação com a formação para o SUS;
2. enfatizar as dimensões política, social, técnica e de gestão de modo a identificar as nossas ações que apoiam a governança pública em saúde;
3. avançar na governança, nos processos regulatórios e relacionados aos modelos e concepções educacionais, de forma a consolidar efetivamente a escola de governo da Fiocruz como única.

Estratégias:

1. A Escola de Governo é grande elemento da integração da educação na Fiocruz, em quatro grandes dimensões: (a) **Social: Presença nacional da Fiocruz:** por meio de suas unidades ou escritórios em 11 Estados, distribuídos pelas 5 regiões, associadas à tradição da atuação em redes de parcerias e ao forte investimento em estratégias comunicacionais e educacionais (Campus Virtual), é possível garantir a ampliação das ofertas e a capilaridade das ações de formação integradas, adequadas às demandas diferenciadas do SUS; (b) **Técnica: Organicidade das práticas educacionais:** a ideia é que ocorra uma coordenação integrada que sistematize diretrizes de funcionamento para que a diversidade presente nas unidades possa ser agregada em torno do fortalecimento da Fiocruz como uma unidade; (c) **Política: Fortalecimento** da Fiocruz nos processos de negociação de ações estratégicas junto aos órgãos federais e de fomento, buscando fazer valer a sua presença em território nacional; (d) **Gestão:** reconhecimento do papel da VPEIC no fomento à gestão participativa, colaborativa e abrangente, de modo a garantir a ampla participação dos membros internos e externos à Fiocruz e estimular o diálogo e a interlocução com os parceiros e a comunidade;
2. fortalecer a rede interna (inter unidades e intra-unidade) para integrar práticas, estruturas e gestão da informação;
3. discutir referências e modelos organizativos de escola de governo com as unidades, para as definições como polos ou núcleos, por exemplo;
4. desenvolver mecanismos para refinar nossa escuta às demandas do SUS, diretamente com os envolvidos, não apenas em estudos e pesquisas de caráter geral;
5. dar andamento à revisão e atualização dos regulamentos das modalidades de oferta (educação profissional, *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*) e dos regimentos internos dos programas e cursos.

Campus Virtual da Fiocruz – CVF

Diretrizes:

1. Consolidar o CVF como espaço de construção coletiva e criação conjunta, não apenas como espaço de disponibilização de informação;
2. ampliar, diversificar recursos e materiais didáticos a disponibilizar, por meio da atuação integrada com outras instituições.

Estratégias:

1. Melhorar a interlocução e os fluxos entre as unidades, aumentando a integração entre elas, por meio do CVF e EGF como elos congregadores;
2. valorizar a prática de construção de portfólios, para facilitar uma oferta inovadora;
3. articular tecnologias já existentes e em uso para viabilizar ofertas de formação em todas as unidades da Fiocruz.

Observações/alertas:

1. Como condição para a plena valorização das ações mediadas por tecnologias, é necessário discutir a qualidade do acesso, pelas várias unidades, ao Portal, ao CVF, tanto pelos docentes como discentes;
2. com o CVF, torna-se possível melhorar e agilizar os processos de avaliação das atividades formativas oferecidas, com isso aumentando a possibilidade de aperfeiçoamento das práticas educacionais;
3. para a política de EaD é necessária uma plataforma de uso comum às unidades, para dar sustentabilidade à inovação educacional.

Relato Descritivo

Nos dias 24 e 25 de abril de 2017 realizou-se, no Rio de Janeiro, a reunião da Câmara Técnica de Educação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com a participação de 70 pessoas, conforme relacionadas a seguir, organizadas de acordo com as unidades ou áreas de origem:

Biomanguinhos: Ana Paula Diniz, Sheila Farage | **Casa de Oswaldo Cruz (COC):** Anderson Boanafina, Carla Gruzman, Flavio Coelho Edler, Renato da Gama-Rosa Costa | **DIPLAN:** Patrícia Araujo, Sueli Maria M. Cardoso | **Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP):** Letícia Cardoso, Liliane Teixeira, Roberta Gondim de Oliveira, Tatiana Vargas Baptista | **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV):** Ramon Peña Castro | **Escola Corporativa:** Carla Kaufmann | **Farmanguinhos (FAR):** Mariana Conceição de Souza, Carmen Lucia Pagotto, David Tabak, Maria Nascimento Monteiro, Regina Nacif | **Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD):** Claudia M. Rios Velasquez | **Fiocruz Bahia – Instituto Gonçalo Muniz (IGM):** Guilherme de S. Ribeiro, Patrícia Sampaio T. Veras | **Fiocruz Brasília – Escola Fiocruz de Governo (EFG):** Fabiana Damásio, Paulo Sergio de Carvalho | **Fiocruz Ceará:** Anya Pimentel | **Fiocruz Minas Gerais – Instituto René Rachou (IRR):** Cristiana Ferreira A. de Brito, Luiza Helena Carvalho, Sergio Viana Peixoto | **Fiocruz Mato Grosso do Sul:** Débora Dupas G. Nascimento | **Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães (IAM):** Ana Paula do Nascimento, Idê Gomes D. Gurgel, Sheilla Andrade de Oliveira, Joselice S. Pinto | **Fiocruz Piauí:** Clarissa Teixeira; Filipe Costa | **Fiocruz Paraná – Instituto Carlos Chagas:** Andrea Rodrigues Ávila | **Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT):** Kátia Lerner | **Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB):** Etinete Nascimento Gonçalves, Maria Ines Doria Rossi | **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF):** Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes | **Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS):** Alicia Viviana Pinto, Isabella Fernandes Delgado | **Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI):** Eunes de Castro Milhomem, Mauro Brandão Carneiro, Paulo A Costa, Tatiane N. de Oliveira, Priscilla Tavares de Sá, Sonia ... (ilegível), Tatiane N. de Oliveira, Rodrigo Caldas Menezes | **Instituto Oswaldo Cruz (IOC):** Elisa Cupolillo, Juliana de Meis, Leila de Mendonça Lima, Vanessa de Paula | **Universidade Aberta do SUS (UNASUS):** Francisco Campos, Vinicius Oliveira | **Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC):** Adélia Araújo, Adriana Coser, Alex Bicca Correa, Ana Cristina Furniel, André Souza dos Santos, Carlos Eduardo Rocha, Cristina Araripe, Manoel Barral Netto, Marcia Silveira, Maria Cristina Guilam, Rosana Valente, Rosane Mendes, Tania Celeste Nunes | **Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB):** Rodrigo Correa Oliveira, Rosane Souza.

Dia 24/04/2017

Local: Auditório Leônidas Deane – IOC – Pavilhão 26

Abertura - Cristina Guilam, Manoel Barral e Nísia Trindade

A Coordenadora de Pós-Graduação Maria Cristina Rodrigues Guilam abriu a reunião saudando os participantes e destacando que esta reunião tem o seu foco concentrado em *Integração*, razão pela qual desta vez não haverá momentos separados para as subcâmaras. Agradeceu às Unidades de Manguinhos que participaram solidariamente no apoio ao remanejamento de salas de aula da ENSP, ocorrido na semana anterior, provocado pela onda de violência que atinge a região e alcança diretamente a escola. Destacou que este é um exemplo forte do que significa *integração* entre as Unidades da Fiocruz. Informou também ajuste na programação do segundo dia da reunião, para

garantir que todos os participantes da CTE possam participar de ato público em frente ao Castelo Mourisco, no final da manhã, como parte das mobilizações em defesa da Paz e contra a violência na região de Manguinhos.

Em seguida o Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação Manoel Barral Netto saudou os participantes, destacando que logo em seguida faria uma exposição, razão pela qual seria muito breve neste instante. Reafirmou a grande relevância do tema *Integração*, ressaltando que, sendo ano de realização do Congresso Interno, temos a expectativa de que este coletivo contribua para a construção de teses sobre educação, informação e comunicação.

A Presidente da Fiocruz Nísia Trindade Lima iniciou suas palavras dirigindo um agradecimento a todos e pontuou que o esforço por *integração* já esteve muito presente no período anterior, citando como exemplo a forte contribuição das unidades e programas no trabalho de construção das diretrizes de educação da Fiocruz e no processo de credenciamento da Fiocruz como escola de governo, para a regularização da oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Ressaltou que os avanços na educação a distância e o modelo de escola de governo, respeitando as características de cada unidade, foram pontos fortes.

A *integração*, além de representar a nossa vontade, também é algo que se impõe no contexto atual de muitas restrições de diversas ordens, com escassez de recursos e que inclui o descrédito da comunidade científica. Por isso a importância, frente à onda conservadora, de nosso engajamento apoiando a realização da marcha mundial da Ciência. A *integração* visa dar maior potência às nossas ações.

Referindo-se às reuniões de que participou na OMS na semana anterior em discussões sobre as doenças negligenciadas, a Presidente sublinhou o papel das áreas da Fiocruz voltadas à educação na contribuição para o papel fundamental exercido pelo Brasil em relação aos países africanos de língua portuguesa. A expectativa é de que a Fiocruz continue a exercer seu papel de forte apoio, tendo uma agenda afirmativa em relação ao acúmulo que já possuímos.

Em seguida, Dra. Nísia teceu comentários sobre o Doutorado Profissional. Trata-se de assunto bastante discutido durante o processo eleitoral da Fiocruz e que ganha relevo com a publicação de Portaria do MEC em março deste ano, que estabelece prazo de 180 dias para que a Capes regulamente o assunto. A Fiocruz foi vanguarda na criação do mestrado profissional e agora temos o desafio da implantação de doutorado profissional. Para a área de gestão, precisamos de trabalho próximo entre a VPEIC, Escola de Governo e a Escola Corporativa. Destacou que também já há uma proposta em Farmanguinhos. A ideia é que apresentemos um conjunto de propostas e o sinal já foi aberto.

Em 2017 está em destaque o “Ano Oswaldo Cruz”, momento importante de pensar Projeto, de preservar nossas ações e pensar o futuro no campo da saúde. Na Presidência da instituição, estaremos muito próximos da agenda da educação, com atenção à preservação e aos avanços. Temos um rico acervo para podermos dar passos adiante, destacando um avanço importantíssimo que foi a criação do Campus Virtual Fiocruz, que vem se associar à experiência da Unasus. Precisamos refletir sobre o sentido de nossos programas educacionais para a sociedade contemporânea. E a Câmara Técnica de Educação manterá o mesmo compromisso que tem tido ao longo dos últimos anos.

A Presidente fez também um agradecimento pela compreensão de todos com as questões que estamos vivendo relacionadas à violência em Manguinhos, ressaltando que as interlocuções estão se realizando com o governador. Trata-se de uma agenda ampla e complexa na qual a Fiocruz pode dar significativas contribuições.

Nísia Trindade concluiu suas palavras agradecendo ao Prof. Manoel Barral, que se dispôs a vir da Bahia para assumir a Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação, compondo a equipe da Presidência da Fiocruz, desejando-lhe sucesso no trabalho.

Desafios e perspectivas da Educação na Fiocruz - Manoel Barral Netto

Antes de iniciar sua apresentação, o Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação, Prof. Manoel Barral Netto, deu novo destaque à *integração*, propondo que a próxima reunião da CTE seja organizada de modo a ter um período em conjunto com a Câmara Técnica de Pesquisa, e que o mesmo deve ser pensado em relação à Câmara Técnica de Informação e Comunicação.

No que tange ao Doutorado Profissional, destacou que não há ainda os detalhamentos regulatórios e que há no Rio um conjunto de instituições já elaborando suas propostas, visando apresentá-las em conjunto, o mais breve possível. Representando a Fiocruz, Cristina Guilam deverá participar de reunião já nos próximos dias. Os projetos em elaboração na Fiocruz (nas áreas de fármacos e de gestão) deverão ser discutidos proximamente na CTE.

Falar sobre “os” desafios da Educação na Fiocruz seria algo muito pretencioso, sendo mais razoável tratar de “alguns” desafios selecionados. No decorrer desta apresentação, refletir um pouco sobre o campo da pós-graduação (as questões de integração, o desafio da capacitação dos pesquisadores como educadores e o da avaliação dos cursos); outra preocupação será a questão da atenção aos diferentes níveis do setor saúde (a necessidade da expansão geográfica; a capacitação em larga escala e o papel da EAD; o desafio do *aggiornamento* na metodologia educacional; e a avaliação do impacto no serviço); e a valorização dos aspectos humanísticos (comunicação com sociedade; diversidade e internacionalização; ética e integridade na pesquisa).

Para tratar de alguns dos desafios postos para a educação na Fiocruz, vale a pena termos uma visão da evolução da oferta que realizamos nos últimos 5 anos. Para isso são apresentadas informações sintéticas sistematizadas, evidenciando uma evolução positiva tanto nas avaliações recebidas da Capes, no que tange aos programas acadêmicos e profissionais do *Stricto Sensu*, como certa estabilidade nos quantitativos de alunos ativos e alunos novos. Nota-se algum declínio recente na oferta e número de titulados nos mestrados profissionais, provavelmente porque estes sofrem um pouco mais com as alternâncias das demandas provenientes do sistema de saúde, ressentindo-se mais das restrições orçamentárias. Na oferta educacional do *Lato Sensu* existe também uma tendência de crescimento, sendo impressionantes os números relacionados à oferta de EaD.

No *Stricto Sensu* há 42 cursos reconhecidos pela CAPES, sendo 26 em modalidade acadêmica (um deles em rede) e 16 mestrados profissionais (dois deles em rede); há também a participação em 5 cursos com outras instituições, com mais de 500 titulações a cada ano. O grande desafio que temos é a questão da avaliação do impacto dessas ofertas sobre os serviços e a gestão da Saúde no país.

Para reflexão, vale olhar para os resultados da pesquisa Mestres e Doutores 2015 do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em que fica destacado que os mestres e doutores formados no Brasil em 2014 estão esmagadoramente nas atividades educacionais. Enquanto havia 7.474 mestres em atividades profissionais, científicas e técnicas, os engajados na docência eram 24.542. E no caso dos doutores, havia 3.168 nas atividades científicas e 5.865 envolvidos na docência. Este quadro nos coloca as questões: Estamos preocupados em formar esses profissionais doutores e mestres como docentes? Temos atuado na capacitação para a educação?

Diversos estudos publicados em revistas estrangeiras evidenciam grandes falhas no que tange ao processo educacional dos cientistas. Predomina ensino voltado para a descrição e memorização de

fórmulas e nomes. Estudo interessante mostrou que o aluno aprende a descobrir o que é importante para cair na prova, mesmo sem entender nada do conteúdo que está sendo ensinado. Formamos alunos para responderem provas. Portanto, temos que dedicar mais tempo à reflexão sobre educação.

Outra evidência digna de reflexão no estudo do CGEE é a que relaciona avaliação acadêmica dos cursos e situação de emprego dos alunos titulados nesses cursos. Enquanto estão empregados quase 80% dos egressos de cursos com nota 1 e 2 na Capes (isto é, cursos mal avaliados, seja pela sua baixa qualidade ou por não se enquadrarem nos aspectos que são considerados pela avaliação), a taxa de emprego dos egressos dos cursos com nota 7 não chega a 70%. Necessário refletir e investigar esse quadro. A avaliação da Capes trouxe contribuições importantes para qualificar a pós-graduação no Brasil mas é muito rígida, não consegue abarcar toda a realidade, acaba sendo a comunidade científica falando consigo própria.

São necessárias novas metodologias, tanto na oferta educacional como na avaliação do aprendizado. Faz-se necessário o *aggiornamento* pedagógico e a utilização de novas metodologias educacionais. Na formação de doutores, sem prejudicar a atuação científica, precisamos capacitá-los para atuação educacional.

Pesquisas evidenciam que a atividade cerebral dos estudantes é praticamente nula nos períodos de aula expositiva, apresentando maiores resultados nas atividades de laboratório e de exercícios em casa. Isto expõe de modo cabal a necessidade do uso intensivo das metodologias ativas. A sala de aula continua tendo papel muito interessante, mas não para transmissão de conhecimento e sim como espaço de encontro, de socialização.

No que tange às ofertas *Stricto Sensu* na Fiocruz, ainda temos poucas iniciativas em rede; cada vez mais precisamos ser menos disciplinares e avançar na realização de co-tutela.

Para a análise da situação da demanda do setor saúde, tomemos o exemplo de uma tese de doutorado da ENSP que, já em 2001, ao entrevistar 16 autoridades sanitárias, constatou que 15 desses gestores colocaram como principal deficiência do sistema estadual de vigilância sanitária a *carência de recursos humanos especializados*. Levando-se em conta que esses profissionais são originários de mais de 10 distintas profissões, e que estão distribuídos em todo o território nacional, percebe-se o grande desafio da capacitação em vigilância. E trata-se de um enorme quantitativo de pessoas, sendo os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) cerca de 272 mil, quando a necessidade efetiva seria de 435 mil ACS (para atendimento a 100% da população), realizando capacitações de 1.200 horas. Fica evidenciada a impossibilidade de atender a tão grande desafio apenas por meio de educação presencial.

Neste ponto, cabe destacar que nos últimos 100 anos, enquanto houve alterações acentuadas nas tecnologias em geral, com destaque para as comunicacionais, as salas de aula praticamente permaneceram sem modificações e atualizações. A Educação a Distância, retomando o exemplo dos ACS, é a estratégia mais eficiente e eficaz por proporcionar acesso ao conteúdo de acordo com a possibilidade individual; avaliação de desempenho de forma mista (prática presencial e a distância); há plataformas consolidadas e vinculadas às instituições educacionais, podendo ser usados os ativadores locais de aprendizado para estimularem os alunos; e há possibilidade de abrangência nacional com viabilidade econômica.

Trata-se, portanto, de investir na convergência tecnológica, por meio da qual se articulam a educação a distância, a capacitação continuada, a informação personalizada às famílias e o registro de dados. Experiências inovadoras vêm sendo implantadas no mundo, sendo exemplos mais conhecidos o Coursera e o Edx. Na Fiocruz já existem várias iniciativas, a título de exemplo podem ser citados a

UnaSUS, com oferta de inúmeros cursos de capacitação, lembrando que a Fiocruz exerce a secretaria executiva desta importante iniciativa que agrega 35 universidades; e o Campus Virtual Fiocruz.

Para tratar do desafio da valorização dos aspectos humanísticos, vale destacar um quadro complexo de perda de confiança da sociedade em relação à pesquisa científica. A realização de uma marcha mundial pela Ciência realizada nestes dias vem evidenciar isto, pois há o diagnóstico de que os fatos científicos são ignorados nos debates públicos e substituídos por opiniões e crenças não fundamentados. Torna-se candente o desafio de que a profissão de cientista exige comunicação social com a sociedade, sendo necessário incorporar este aspecto às ofertas educacionais. Os cursos têm que valorizar a formação para a comunicação social da ciência, isto não pode ser uma opção do indivíduo, pois se trata de responsabilidade profissional de todo cientista. O cientista não pode ser alguém que resolve problemas técnicos sem colocar como prioridade a comunicação do que é produzido.

Outro desafio significativo está relacionado à baixa internacionalização da ciência no Brasil. Por um lado, temos poucos brasileiros trabalhando no exterior, estando, de certa forma quase excluídos de um mundo de intensos intercâmbios, que estão concentrados no hemisfério norte. Por outro lado, recebemos poucos estrangeiros para trabalhar no Brasil. Porém, a internacionalização não é um luxo, mas uma necessidade fundamental. Precisamos, neste campo, definir metas, definir quantas pessoas queremos atrair de outros países, e trabalhar para alcançá-las.

Há também o desafio da ética e da integridade na ciência. Estudo publicado em 2011 nos Estados Unidos evidenciou um aumento expressivo e veloz, no período 1977-2011, de publicações, em importantes revistas científicas, retiradas devido à identificação de irregularidades diversas, entre fraudes e plágios. Tal quadro preocupante aponta para a necessidade de se trabalhar de modo acentuado os temas éticos na formação de futuros cientistas. Temos que pensar como refletir sobre isso nos nossos cursos.

Em síntese, entre tantos desafios, temos que pensar medidas de integração da pós-graduação na Fiocruz com os vários outros níveis, pois temos que capacitar pessoal em todos os níveis do sistema de saúde; precisamos de *aggiornamento* educacional, valorizando a diversidade, melhorando a comunicação com a sociedade e valorizando a ética e a integridade científica.

Isto significa que a pós-graduação precisa manter intercâmbio e relação com as experiências de capacitação continuada, de capacitação técnica e profissional, capacitação dos ACS, assim como se envolver em iniciativas mais amplas, tais como Fiocruz para você, Fiocruz nas Escolas e Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, dentre outros.

Por exemplo, olhar para experiências que já estão implantadas e nos perguntarmos: como expandi-las? Podemos estimular, fornecendo créditos por atividades e realizando menor quantidade de disciplinas, focar a capacitação em aprender a buscar e a criticar a informação. Precisamos sair de nossa zona de conforto e começar a escrever a história do futuro, da formação desses profissionais. Já temos feito autocrítica do que realizamos, precisamos ir adiante, formando um cientista mais amplo.

Debate e esclarecimentos

Após a fala do Prof. Barral, seguiu-se um período de interlocução e debate que se estendeu pelo restante da manhã, das 11h às 12h40. Os seguintes participantes fizeram intervenções, intercaladas por esclarecimentos e comentários de Barral ou Cristina Guilam, que coordenou a discussão: Cristiana Brito (IRR), Paulo Henrique (INI), Maria da Conceição (FAR), Ana Cristiane (ENSP), Katia Lerner (ICICT), Juliana de Meis (IOC), Luzia Carvalho (IRR), Maria (IFF), Regina Nacif (BIO), Elisa Cupolilo (IOC), Tania Celeste (VPEIC), David Tabak (FAR) e Tatiana Wargas (ENSP).

As contribuições dos participantes foram agrupadas e articuladas com os demais debates ocorridos nos momentos seguintes da reunião (período da tarde e manhã do segundo dia), constituindo material pré-sistematizado que orientou e alimentou os debates e encaminhamentos da plenária final, que após processado e reorganizado constitui a síntese apresentada no sumário executivo.

Em seu conjunto, os participantes que se pronunciaram neste primeiro debate da reunião da CTE deram mais destaque aos seguintes temas: desafios da internacionalização da educação na Fiocruz; formação pedagógica dos docentes e as metodologias ativas; preocupações e orientações quanto à implementação de doutorado profissional. Estes temas dominantes estiveram articulados com diversas preocupações relacionadas a: integração entre *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; compartilhamento de recursos educacionais; mobilidade de docentes; disciplinas compartilhadas; aprimoramento dos projetos político-pedagógicos; maior ativação da atuação em redes; superação do modelo focado apenas em disciplinas; importância do conhecimento mútuo entre as unidades e de compartilhamento de experiências. Também houve questões relacionadas ao financiamento das atividades educacionais e aos desafios relacionados à implementação da educação a distância.

Experiências integradas na educação da Fiocruz - Mesa de debates coordenada por Carlos Gadelha, com as participações de André Lima, Eduarda Cesse e Paulo Basta

No início da tarde, Cristina Guilam reabriu os trabalhos pontuando que foi proposta uma mesa de debates sobre experiências vivenciadas na Fiocruz que trouxessem elementos de reflexão sobre os processos de integração, apresentando em seguida os participantes convidados.

Para coordenar o debate foi convidado o prof. **Carlos Grabois Gadelha**, da ENSP, atualmente compondo a equipe da Presidência da Fiocruz como Coordenador de Ações de Prospecção e com larga experiência docente nos programas *Stricto Sensu* e nos cursos de especialização. Para trazerem suas experiências para o debate, foram convidados: **André da Silva Lima**, que é doutorando em História das Ciências e da Saúde na COC e membro da Comissão Própria de Avaliação como representante da Comunidade de Manguinhos, onde é ativista social; **Eduarda Cesse**, que é pesquisadora e docente na Fiocruz Pernambuco em Saúde Pública e coordenadora adjunta da Área da Saúde Coletiva para Mestrados Profissionais na Capes; e, **Paulo Cesar Basta**, que é pesquisador e docente na ENSP, responsável pelo mestrado profissional em Epidemiologia e Controle da Tuberculose.

Carlos Gadelha assumiu a condução da mesa, primeiramente fazendo um agradecimento pelo convite. Destacou que assume este trabalho com um duplo olhar. Por um lado, como pessoa que participa do mestrado e doutorado, tendo já atuado em 7 turmas do mestrado profissional, experiência na qual percebe que a integração é *possível* e é *necessária*. Por outro lado, como Coordenador de Articulação das Ações de Prospecção, vinculado à Presidência da Fiocruz, que precisa incorporar as questões de educação, informação e comunicação. Destaca que na Fiocruz há muito conhecimento tácito e explícito, sendo necessário fazer o alinhamento e assim articulando a inteligência estratégica. Pensar tal articulação para contribuir para o futuro da sociedade a partir da educação. Afirmado sua motivação em colaborar e contribuir para a construção coletiva, passou a palavra para o primeiro convidado, Paulo Basta.

A oferta conjunta ENSP/IAM do mestrado profissional em Epidemiologia e Controle da Tuberculose – Paulo Cesar Basta

A experiência de uma oferta conjunta de uma turma de mestrado profissional, envolvendo o Centro de Referência Prof. Hélio Fraga da ENSP e o Instituto Aggeu Magalhães em 2014-2016 começou com

uma discussão na ENSP. O curso de especialização em Pneumologia Sanitária já vinha sendo ofertado há 40 anos, havendo uma grande quantidade de egressos atuando nos serviços e constituindo uma demanda reprimida por um mestrado profissional. Assim, foi feita uma consulta à CGPG, sobre a ideia de realizarmos algo mais abrangente; levando em conta a escassez de financiamento e aproveitando restante de recursos do Termo de Cooperação 041, estabelecido entre a SVS/MS e a Fiocruz, foi iniciada a articulação entre ENSP e IAM, sendo os coordenadores Paulo Basta (ENSP) e Fátima Militão (IAM).

O público-alvo prioritário foi composto de servidores da Fiocruz atuantes nas áreas de diagnóstico, assistência, tratamento ou vigilância da tuberculose e de servidores públicos do quadro efetivo de qualquer uma das três esferas de governo. Em razão das limitações financeiras, ficou estabelecido que seriam 13 vagas para os servidores da Fiocruz e 12 destinadas a outros servidores do SUS. Ao final do processo seletivo (que contou com provas de inglês e de conteúdo, ambas eliminatórias e mais entrevista, análise de currículo e análise de proposta de trabalho, de caráter classificatório) foram aprovados 23 alunos, sendo 15 vinculados ao Programa de Epidemiologia em Saúde Pública (ENSP/RJ) e 8 vinculados ao Programa de Saúde Pública (IAM/PE). Todos esses alunos eram profissionais atuando nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Recife. Todos os 23 alunos concluíram o curso, cerca de 2 anos depois do início em dezembro de 2014. Há demanda de oferta de novas turmas, no entanto existe a dificuldade do financiamento.

Os docentes foram compostos por profissionais da ENSP, do IAM e especialistas convidados de várias outras instituições. Como mais um elemento de *integração*, vários orientandos de doutorado puderam fazer estágio de docência no curso.

O curso teve 15 disciplinas obrigatórias e 1 optativa. Utilizou plataforma virtual, usando a página de educação a distância do IAM. Todas as disciplinas tiveram materiais disponibilizados nessa plataforma.

Integração entre as atividades da Fiocruz e a comunidade em seu entorno – André Lima

Trabalhando há 15 anos em projetos nas áreas de favela de Manguinhos, seja em ONG ou como colaborador da Fiocruz, o doutorando da COC André Lima fez depoimento articulando memória histórica das relações entre violência em Manguinhos e as interações com a Fiocruz.

A grande diversidade e pluralidade das unidades da Fiocruz já constituem desafio para se pensar em integração, mas, para além disso, há o desafio de pensar a integração da Fiocruz com a comunidade em seu entorno.

Neste momento em que o país vive momento delicado, com diversos retrocessos, no nível local há uma crise provocada, com aumento de descontrole das forças policiais. Estudo sobre a história de Manguinhos, propiciado por um edital da Fiocruz, evidencia a invisibilidade desse território, que está exatamente ao lado da Fiocruz, instituição de renome internacional. Porém, há uma responsabilidade da Fiocruz em relação ao seu entorno, para além da questão da responsabilidade social. Vários exemplos são recuperados e citados: Projeto Universidade Aberta (1984), Centro Saúde Escola, Fiocruz para você, que fazem parte dessa responsabilidade.

Não pode ser atribuída à Fiocruz a responsabilidade de resolver os problemas de Manguinhos, mas é importante acentuar a importância de uma pesquisa mais engajada e comprometida com o desenvolvimento humano, com o que acontece em volta da Fiocruz. Assim, é importante provocar esta Câmara Técnica a pensar sobre a necessidade dessa pesquisa engajada: como proceder essas pesquisas e intervenções?

Pensar sobre a exceção que este doutorando, morador de Manguinhos, representa. Por que Manguinhos não coloca mais pessoas de sua comunidade nos programas *Stricto Sensu* da Fiocruz? Por que só estão no EJA, por exemplo? Temos que ir às nossas escolas de ensino médio e provocar esperança, que tentem o ENEM, que disputem vagas na Fiocruz.

Ao mesmo tempo, temos que valorizar o Provoc (Programa de Vocação Científica, da EPSJV): multiplicar e aprofundar a experiência. O EJA-Manguinhos merece ser destacado, também precisa ser valorizado e expandido, lembrando que mais da metade dos trabalhadores de serviços gerais não possuem ensino médio completo. Pensar formações específicas para o pessoal de Manguinhos, fazendo a discussão sobre a relação entre emprego/trabalho e Fiocruz. É preciso pensar como esses projetos já existentes poderiam se tornar pauta da Escola de Governo da Fiocruz.

Experiências integradas na educação da Fiocruz – Eduarda Cesse

A prof^a. Eduarda Cesse (Duda), após agradecer pelo convite a contribuir com este debate, lembrou que a integração já vem sendo objeto de atenção nas últimas gestões, ressaltando a grande aproximação que se produziu entre o Instituto Aggeu Magalhães, unidade em que atua, e as unidades de Manguinhos.

Para refletir sobre experiências integradas na educação da Fiocruz, precisamos pensar sobre a experimentação de uma sala de aula composta por alunos de diferentes “níveis” de ensino, pensando aí em disciplinas multisseriadas e compartilhadas: o que ensinar? Como ensinar? Precisamos olhar para a conjuntura que é caracterizada como altamente tecnológica, multimidiática, em que ocorrem muitas e rápidas trocas de informação. Onde precisamos assumir a necessidade de mudanças em nossas práticas docentes.

Na verdade, vemos que a história da educação é atravessada por concepções e abordagens sobre a melhor maneira de ensinar e transmitir conhecimentos aos envolvidos no processo. Será que o ensino tradicional (séculos XVI-XIX) ficou no passado? Será que a teoria crítica, que surge no século XX e que valoriza as experiências trazidas pelo aprendiz, faz parte de nossa prática atual?

É importante lembrar aqui a repercussão da teoria crítica no Brasil, graças ao trabalho do educador Paulo Freire, crítico à “educação bancária” (tradicional) e que considera a realidade do aluno e de seus conhecimentos prévios como ponto de partida para as aprendizagens futuras.

Vale trazer a ideia das classes multisseriadas, discussão que provém da educação básica, que busca fortalecer o uso das salas com grupos pequenos. Essas classes têm aplicabilidade em diferentes modos de trocar conhecimento, presencialmente ou a distância e suas potencialidades se evidenciam no vínculo criado entre os pares do processo, na interação entre os alunos e na facilitação da troca de informações e a aprendizagem entre os educandos. Porém, traz os desafios de conciliarmos diferentes conteúdos para turmas diferentes, assim como o acompanhamento das construções e das dificuldades de cada aluno.

Após essa problematização, a prof^a. Duda fez uma recuperação sobre a educação de pós-graduação na Fiocruz, para em seguida trabalhar aspectos relacionados à integração. Por um lado, nas experiências do *Lato Sensu*, temos uma diversidade e grande quantidade de cursos de especialização, residências, aperfeiçoamentos e atualizações, além das especializações técnicas, do ensino técnico e qualificação profissional. Ademais, oferecidos em modalidades presencial e a distância. Por outro lado, a experiência do *Stricto Sensu* evidencia 40 anos de uma evolução contínua, com ampliação de programas nas diversas unidades da Fiocruz, tendo os resultados da avaliação Capes (2010-2012) evidenciado a qualidade dos programas e a melhoria contínua, quando 50% dos programas tiveram

aumento de conceito. Nos últimos anos também emergem iniciativas em parcerias ou em redes, tais como na Bahia, Rondônia, Rio de Janeiro, Ceará (Renaf) e mais recentemente o mestrado profissional em saúde da família em rede nacional, o Profsaúde.

Diante desta dimensão e complexidade de ofertas, somos cobrados a ter criatividade, ousadia e inovação no contexto da formação. Como avançar na *integração*, que possibilite um campi Fiocruz solidário? E que garanta um profissional bem formado para o SUS e para a sociedade?

Como ressaltava Nísia Trindade, quando Vice-Presidente de Ensino, em outubro de 2016, por ocasião do lançamento da segunda turma da disciplina compartilhada *Bioinformática Integrada*, “a diversidade da Fiocruz é um dos nossos diferenciais e, no ensino, temos por objetivo promover cada vez mais essa integração, de forma a beneficiar os alunos”. Ela ressaltava ainda que “ações como essa também contribuem para o fortalecimento institucional da Fundação”.

Para pensarmos mais na importância da *integração* vale a pena recuperar este assunto no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (Capes) que, referindo-se à pós-graduação acentua diversos componentes da integração: (a) integração das atividades ao sistema nacional de ciência e tecnologia; (b) integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo; (c) integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade; (d) integração da pós-graduação ao sistema universitário; (e) integração da pós-graduação ao setor produtivo; (f) integração entre pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e graduação; (g) integração do ensino à pesquisa; (h) promover a integração da educação básica com a formação inicial docente.

E atualmente podemos elencar várias experiências em andamento na Fiocruz, apontando para o crescimento da integração em diversos aspectos, como os listados a seguir:

- Mestrados nas áreas de saúde coletiva e de medicina tropical no Piauí (ENSP e IOC);
- Parceria entre ILMD e IOC para o doutorado em ciências no Amazonas;
- Parceria entre EPSJV e Biomanguihos na realização do Curso de Especialização Profissional de Nível Técnico em Biotecnologia da Saúde;
- Rede Bionorte em biotecnologia na Fiocruz Rondônia;
- RENASF (mestrado profissional de saúde da Família), organizada pela unidade da Fiocruz do Ceará.
- Mestrado Profissional em Epidemiologia e Controle da Tuberculose, parceria da ENSP e do IAM;
- Mestrado em Sistemas de Saúde, em Moçambique, parceria da ENSP e IAM;
- Parcerias na pós-graduação entre a UFRJ e a Fiocruz: com o objetivo de avançar em disciplinas comuns na pós-graduação de determinados cursos e realizar co-tutela.

Vale destacar ainda a experiência de disciplinas compartilhadas entre unidades. A primeira disciplina elaborada dessa forma, envolveu diversos programas e foi uma parceria entre Fiocruz Bahia, Fiocruz Minas Gerais, Fiocruz Rondônia e o IOC. As atividades são ministradas por meio de videoconferência ou webconferência, com o suporte do ambiente virtual de aprendizagem da Fiocruz Bahia.

Na Fiocruz Pernambuco há as experiências de classe multisseriada, em que a disciplina de Governança em Saúde envolve o público de residências e do *Stricto Sensu*; ademais há a oferta de conhecimento escalonado da disciplina Avaliação em Saúde, para o lato e o *Stricto Sensu*.

As experiências de classes multisseriadas trazem o desafio: a atenção principal do docente se volta para a gestão do grupo. Para tal implementação, não basta juntar alunos de níveis diferentes em uma mesma sala. É necessário amadurecimento e muita preparação dos projetos pedagógicos, em que sejam considerados: (a) as diferenças de conteúdos oferecidos de forma compartilhada para o *Lato* e o *Stricto Sensu*, lembrando que o *LS* está voltado à aplicabilidade, enquanto o *SS* se volta para a

reflexão a partir de resultados de pesquisa (no caso dos mestres) e para conteúdos metodológicos que permitam outra abordagem para os problemas (no caso do doutorado); (b) importância de capacitar os docentes para essa nova abordagem; (c) pensar novas elaborações de regimentos; (d) levar em conta a necessidade do controle acadêmico, pensando disciplinas para 30, 60 e 90 horas, por exemplo; (e) criar a compatibilização dessa nova modalidade de oferta às exigências dos órgãos de monitoramento e avaliação (Capes).

Para avançar na integração de iniciativas entre as unidades, importante aproveitar as boas experiências que têm ocorrido nas unidades. Por exemplo, realizamos no IAM com relativa facilidade as defesas de dissertação de mestrado de alunos em Moçambique, por meio de webconferência. Para criação de disciplinas compartilhadas entre as unidades, precisamos identificar objetos de estudo que facilitem isto.

Contribuições de Carlos Gadelha

Após a exposição, o Prof. Carlos Gadelha teceu comentários gerais sobre as contribuições dos convidados, trazendo também alguns tópicos para o debate.

Primeiramente, destacou o desafio de enfrentarmos novas formas de gestão da educação, de usarmos ambientes virtuais e estabelecer um padrão de relacionamento com os alunos. Tudo isso traz questões instigantes para a uma Câmara Técnica de Educação.

Ao pensarmos novas formas de educação, temos que nos perguntar: como incorporar as demandas da população, da sociedade, na definição de nossa oferta educacional? Que demandas vamos bancar como prioritárias? Ou seremos como um balcão em que atenderemos a quem for chegando, ou quem puder pagar? Na verdade, um sistema educacional da Fiocruz precisa partir do sistema de saúde. E para qualificar essa nossa oferta, temos o desafio enorme de superar as estruturas departamentais, o trabalho por “caixinhas”. Ou seja, como é que a demanda é, de fato, qualificada e incorporada na estruturação da oferta educacional?

Temos que pensar a educação para uma sociedade do futuro, que considere uma agenda de cidades inteligentes, e isso se contrapõe a uma agenda de cidades partidas, que temos hoje. Como qualificar a educação para pensar o acesso universal à saúde? Neste ponto, vale lembrar a diferenciação entre esquerda e direita feita pelo filósofo francês Deleuze. Ele diz que ser de esquerda ou de direita é uma questão de percepção: enquanto ser de direita significa partir de si próprio para ir mais longe, ser de esquerda significa ver primeiro o horizonte, o geral, para depois chegar a si próprio. Por isso, a esquerda pode perceber a iniquidades do mundo, analisar que tal situação de injustiça absoluta não tem sustentação, e que são necessárias as mudanças e transformações.

A educação precisa ser tratada em suas dimensões técnica e política. O sistema de educação da Fiocruz deve tratar desde o campo mais básico, entendendo as encomendas, partindo de qual sistema de saúde temos. Exemplo, se vamos tratar do assunto planejamento, temos que partir da constatação de que os sistemas de planejamento em saúde estão sendo destruídos. Portanto, não é uma área específica de educação em planejamento que vai dar conta da globalidade do assunto, é necessária atuação articulada.

Também gostaria de acentuar o problema das estruturas departamentais rígidas. Construimos uma governança que envolve articular as estruturas de direção das Unidades com a Presidência, como uma forma de garantir a não-fragmentação, mas como se dá a interação entre docentes dos vários programas? Como fazer que a Plataforma Siga nos ajude?

É preciso também abordar os problemas relacionados ao financiamento e aos recursos humanos envolvidos nas ofertas educacionais. Para isso, é importante garantir maior integração entre as unidades e dentro de cada unidade.

Ademais, vale lembrar que – apesar de ser difícil de implementar – a integração entre o *Lato Sensu* e o *Stricto Sensu* e entre as unidades representam um enriquecimento para nosso sistema de educação.

Debate

Durante o debate que se seguiu, dez pessoas fizeram uso da palavra, seja para comentar algum dos pontos tratados pelos convidados, seja para trazerem informações ou relatos de suas próprias experiências relacionadas à integração. As pessoas que se pronunciaram foram as seguintes: Anya (Fiocruz CE), Filipe (Fiocruz PI), Ana Furniel (VPEIC), Ana Cristiane (ENSP), Luzia Carvalho (Fiocruz MG), Tânia Celeste (VPEIC), Manoel Barral (VPEIC), Francisco Campos (Unasus) e Vinícius (Unasus).

Conforme apontado anteriormente, as contribuições surgidas nesse período somaram-se àquelas já realizadas na parte da manhã e estão sintetizadas e sistematizadas em tópicos que compõem o sumário executivo deste relatório. Porém, são mantidas aqui algumas anotações das falas finais dos convidados debatedores da mesa sobre integração.

A Prof^a. Duda pontuou alguns aspectos que chamou de “cuidados”, a saber: (1) é mais fácil integrar as unidades para certas demandas específicas e o resultado é possível e fortalecedor para todos; trata-se de uma colaboração coletiva que enriquece a toda a Fiocruz. (2) é necessário ter cuidado quanto à possível integração entre os níveis educacionais, pois há regras distintas e precisamos estar atentos a elas, por exemplo, não é possível validar para um curso *Stricto Sensu*, disciplina feita no *Lato Sensu*. Por isso é necessário que trabalhem com orientação de pedagogos e de quem entende da dinâmica dos registros e da legislação acadêmica. (3) quanto ao Doutorado Profissional, temos poucas definições regulatórias e vamos apresentar APCN sem que existam regras claras, pois queremos ser protagonistas na implantação dessa modalidade, mas temos que evitar o risco de criarmos algo com cara de doutorado acadêmico.

O Prof. Paulo Basta utilizou sua fala final para comentar a situação difícil da política educacional no Brasil, lembrando que o ensino público médio em geral não tem acesso ao ensino superior. Para mudar isso seria necessário um projeto de nação, que o ensino fosse realmente estruturado em todos os níveis. Também colocou a questão do atendimento a demandas: quais devem ser atendidas? Aquelas que possuem financiamento? Aquelas que atendem a demandas da população? Por fim, trouxe comentários sobre a política de CT&I, em que o financiamento proveniente do MCTI é instável, com realocação de recursos para investimento em doenças emergentes (como Zika e agora febre amarela), desmontando projetos que já estavam com financiamento aprovado e em andamento, como é o caso da Tuberculose, que ainda provoca muito mais mortes do que a febre amarela, por exemplo. Por fim, lembrou que para integrar é necessário flexibilizar (como fora comentado no debate), e que é necessário também flexibilizar nossa cabeça, escapando da pressão da Capes que busca regular tudo nos mínimos detalhes.

André Lima abriu mão da palavra e o prof. Carlos Gadelha fez seus últimos comentários, acentuando que as lógicas do *Lato Sensu* e do *Stricto Sensu* são diferentes, mas que um alimenta o outro. Relembrou um critério básico para o mestrado profissional: não podemos entregar um título de mestre se o aluno não entende o que é o SUS e o que é o sistema de CT&I. E afirmou ter aprendido mais com sua experiência docente nos mestrados profissionais, do que nos acadêmicos, em razão da riqueza de experiências da realidade do sistema de saúde que são trazidas.

Cristina Guilam encerrou os debates do dia, antes lembrando a preocupação posta pelo prof. Barral sobre a necessidade de pensarmos a avaliação de impacto de nossas ações educacionais para a sociedade e a fala de André Lima quando acentuou que ele, como doutorando proveniente da comunidade de Manguinhos, é uma exceção na Fiocruz e que precisamos refletir sobre isto.

Dia 25/04/2017

Local: Auditório do Museu da Vida

Cristina Guilam abriu os trabalhos do segundo dia lembrando a mudança na programação, para todos poderem participar do ato coletivo contra a violência em Manguinhos marcado para as 11 horas, em frente ao Castelo Mourisco, razão pela qual os temas propostos para o período seriam apresentados de modo bastante sintético e o debate seria mais curto.

Escola de Governo da Fiocruz – Fabiana Damásio e Paulo Carvalho

Levando em conta que esta reunião da CTE agrupou as duas subcâmaras técnicas e buscando homogeneizar e ampliar a compreensão comum sobre as questões e o contexto que levaram a Fiocruz a buscar o credenciamento institucional como Escola de Governo, inicialmente o assessor Paulo Carvalho fez uma breve exposição sobre esse processo. Na segunda parte deste tópico, Fabiana Damásio, diretora-executiva da Escola de Governo em Brasília, fez fala focada em contribuir para a reflexão sobre o papel da Escola de Governo da Fiocruz na ampliação da *integração* dos processos educacionais da instituição.

Paulo Carvalho iniciou sua fala pontuando que a discussão sobre novo modo de funcionamento da Escola de Governo da Fiocruz vem sendo debatido pela equipe da VPEIC, existindo já um texto para discussão, ainda em fase preliminar, que será enviado aos participantes da CTE nos próximos dias. Com base nesse texto, algumas informações básicas são compartilhadas neste momento.

A ideia de “escola de governo” está associada à visão de processos educacionais voltados à capacitação de servidores públicos e outros agentes que atuam nas políticas públicas. No entanto, é termo de uso relativamente recente e, se olharmos para a longa história da Fiocruz, podemos dizer que desde o primeiro curso de aplicação iniciado em Manguinhos em 1908, esta instituição apresenta sua vocação de escola de governo, concomitante à sua atuação como centro de pesquisa, assistência e produção na saúde pública.

A locução “escola de governo” ganha uso corrente após inserida na Constituição Federal em 1998 (EC 19) e na Fiocruz se destaca a experiência da Escola de Governo na ENSP e posteriormente também na Fiocruz Brasília. Ademais, as discussões congressuais internas apontam, desde 2001, a ideia de que a função escola de governo diz respeito a todas as unidades da Fiocruz.

A necessidade de formalizar o credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo decorreu de alterações nos mecanismos de regulação dos cursos de especialização de *Lato Sensu* definidos pelo Conselho Nacional de Educação no decorrer dos anos 2000. Possuindo uma importante oferta de cursos *Lato Sensu*, implementados por diversas de suas unidades, e não sendo uma Instituição de Ensino Superior componente do sistema coordenado pelo MEC, a Fiocruz viu-se diante da necessidade de buscar regularização para reconhecimento dos certificados desses cursos. Em outubro de 2014, a orientação do Ministro da Educação para a Presidência da Fiocruz foi que esta

buscasse o credenciamento único como escola de governo, de modo a solucionar as pendências das ofertas de todas as unidades.

O credenciamento institucional foi um processo longo e complexo, coordenado pela VPEIC e com participação ativa dos Vice-Diretores de Ensino e das equipes das Unidades ofertantes dos cursos, organizados na SubCâmara do *Lato Sensu*, que veio finalmente a ser concluído no início de abril de 2017, quando foi publicada a portaria ministerial com a homologação.

Foram condições para o credenciamento a elaboração de documentos (Projeto Político-Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Institucional), criação da Comissão Própria de Avaliação e realização de avaliação externa pelo INEP. Como resultado, a Escola de Governo da Fiocruz obteve o credenciamento institucional para oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, presenciais e a distância, pelo período de 8 anos (mar/2017-mar/2025). Também foram convalidados os cursos realizados antes da homologação.

Na sequência, **Fabiana Damásio** trouxe elementos para reflexão e debate sobre o novo contexto que temos após o credenciamento da Escola de Governo da Fiocruz.

Hoje, falar de escola de governo na Fiocruz é falar de integração. Além da experiência mais consolidada na ENSP e depois em Brasília, diversas outras unidades estão engajadas nas ofertas educacionais. Estamos aqui discutindo não apenas uma pauta de credenciamento, mas a educação que ofertamos e queremos ofertar. O credenciamento foi muito mais do que o componente burocrático para cumprir um rito junto ao MEC, mas um processo que nos fez refletir sobre nosso papel social e como podemos potencializar uma tarefa de todos nós, de toda a Fiocruz.

Nossa ideia de escola de governo evoluiu da visão mais tradicional focada apenas na formação de servidores e gestores, para pensar a formação da força de trabalho para as políticas públicas de saúde. E para isso, precisamos pensar sobre *integração*. O vocábulo vem do latim *integrare*, que é o ato ou efeito de tornar inteiro. O que pode nos fazer sentir como uma Fiocruz inteira? Cabe pensar em diversos aspectos a integrar: integração de conteúdos de uma disciplina ou de matrizes curriculares; integração de práticas; integração com a comunidade; integração com caráter de funcionalidade; integração como ato que questiona a realidade; integração para avançar...

Nas discussões recentes sobre isso, fomos percebendo que a integração na Fiocruz, por meio da Escola de Governo, envolve quatro grandes dimensões: social, técnica, política e de gestão.

A *dimensão social da integração* está vinculada à *presença nacional da Fiocruz*. Por meio de suas unidades ou escritórios em 11 Estados, distribuídos pelas 5 regiões, associadas à tradição da atuação em redes de parcerias e ao forte investimento em estratégias comunicacionais e educacionais (como o Campus Virtual), é possível garantir a ampliação das ofertas e a capilaridade das ações de formação integradas, adequadas às demandas diferenciadas do SUS.

A *dimensão técnica da integração* refere-se à *organicidade das práticas educacionais*. A ideia é efetivar uma coordenação integrada que sistematize diretrizes de funcionamento para que a diversidade presente nas unidades possa ser agregada em torno do fortalecimento da Fiocruz como uma unidade.

A *dimensão política da integração* envolve o fortalecimento da Fiocruz nos processos de negociação de ações estratégicas junto aos órgãos federais e de fomento, buscando fazer valer a sua presença em território nacional.

Por fim, a *dimensão de gestão da integração* é o reconhecimento do papel da VPEIC no fomento à gestão participativa, colaborativa e abrangente, de modo a garantir a ampla participação dos membros internos e externos à Fiocruz e estimular o diálogo e a interlocução com os parceiros e a comunidade.

Para finalizar sua exposição, Fabiana relacionou o que chamou de “caminhos da integração” – muitos deles colhidos nas discussões na CTE – relacionados a quatro eixos de ação organizadores da atuação da Escola de Governo da Fiocruz: integração das unidades; diretrizes político-pedagógicas da escola de governo; regulação; acompanhamento e monitoramento.

Em relação ao *Eixo 1 – Integração das unidades*, são citados: aproximação das práticas das unidades da Fiocruz em torno das ofertas educacionais; identificação dos pontos de interlocução; construção de meios para concretização e ampliação de ofertas; fortalecimento da rede de formação, por meio das instâncias já existentes, tais como a Câmara Técnica de Educação – CTE e o Campus Virtual Fiocruz – CVF; estímulo ao diálogo permanente para troca de experiências; construção de um sistema de ampliação do conhecimento sobre as competências instaladas nas unidades; uso do Campus Virtual como plataforma de referência; atendimento mais amplo das demandas de formação em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Saúde Pública, advindas dos órgãos públicos.

Para o *Eixo 2 – Diretrizes Político-Pedagógicas da Escola de Governo da Fiocruz* foram sugeridos: aprofundamento das diretrizes político-pedagógicas comuns à Fiocruz, com base nos documentos já existentes (diretrizes para as atividades de pós-graduação [2014], Projeto-Político Pedagógico [2015] e Plano de Desenvolvimento Institucional [2016]); aprimoramento dos princípios que norteiam as práticas pedagógicas nas diversas unidades da Fiocruz, considerando os diversos formatos e modalidades de oferta, presenciais e a distância; disseminação do conhecimento sobre o papel da Escola de Governo para a saúde pública; fomento à pesquisa; constituição de um grupo formado por trabalhadores da Fiocruz que se dedicam ao debate sobre Educação em Saúde; mapeamento das boas práticas e identificação de experiências que possam contribuir para o fortalecimento da nossa escola.

No *Eixo 3 – Regulação*, pensar ações para ampliação do conhecimento das unidades sobre as diretrizes educacionais da Fiocruz e sua interação com as orientações provenientes dos órgãos reguladores, além da atualização e harmonização de regulamentos diversos.

Por fim, para o *Eixo 4 – Acompanhamento e monitoramento*, propõe-se verificar como as ações de *Lato Sensu* vêm sendo realizadas pelas unidades, com base nas diretrizes da Fiocruz e nos critérios estabelecidos pelo MEC; analisar experiências exitosas desenvolvidas pelas unidades e os aspectos que ainda precisam ser aprimorados e apoiados pela VPEIC; implementar a autoavaliação institucional coordenada pela CPA, contribuindo para a consolidação de uma cultura de avaliação que busque, por mecanismos quantitativos e qualitativos estabelecer os nexos entre a oferta educacional e o alcance de resultados nas políticas públicas de saúde.

Após as falas de Paulo e Fabiana, seguiu-se um brevíssimo debate, em que se pronunciaram Roberta Gondim (ENSP), Idê Gurgel (IAM), Vinicius Oliveira (Unasus), Anderson Buonafina (COC) e Manoel Barral (VPEIC). Alguns dos aspectos apontados estão sintetizados a seguir.

Foi ressaltada a importância deste momento em que a Fiocruz assume a discussão sobre escola de governo como uma instituição, lembrando que é uma escola de Estado e que a escola de governo é uma de suas funções. Cada unidade precisa olhar o que já faz e o que dialoga com suas missões, fortalecendo aquilo que é da missão da unidade e verificar quais as nossas ações podem ser articuladas de modo sinérgico, levando ao funcionamento unificado da escola de governo. Também foi apontado o fato de que a conjuntura atual exige resistência e precisamos nos colocar fortemente na dimensão pública. A Comissão Própria de Avaliação surge como um dos dispositivos importantes para acompanhamento e monitoramento do que estamos fazendo.

Não é necessário que cada unidade possua a “sua escola”, precisamos da escola de governo da Fiocruz, na qual cabem todas as iniciativas educacionais, acadêmicas e profissionais, mas é preciso ver que o *Lato Sensu* não recebe muita atenção. E a EGF é fundamental para atuarmos para o SUS. E temos o desafio de definir a governança para o novo funcionamento que envolve tantas “instituições” dentro da nossa instituição.

Para a EGF temos que explorar melhor a infinidade de cursos livres e de atualização técnica, muito importantes para a formação no SUS. Precisamos unificar os cadastros e estruturas tecnológicas, as informações estatísticas, e para isso precisaremos fazer alguns investimentos estratégicos.

Temos que discutir a integração entre o *Lato Sensu* e o *Stricto Sensu*, mas sem perder o foco de cada um desses níveis possui suas identidades e objetivos, guiados por arcabouços legais próprios. Nos projetos pedagógicos de cursos podemos considerar tal integração, que pode ocorrer em temas transversais.

O importante quanto à visão de Escola de Governo é ver que o objetivo é formação para o SUS e não se são cursos livres, *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*. Nosso indicador é a melhora do sistema de saúde e não a quantidade de egressos. Precisamos ver o impacto sobre unidades do SUS que receberam capacitação. E pensar até que ponto vale a pena capacitar uma única pessoa por unidade. E temos também que pensar a estrutura da Escola de Governo como algo inovador.

As ações para a consolidação do Campus Virtual e da ampliação da oferta EAD e do SIGA – Ana Furniel e Cristina Guilam

A coordenadora do Campus Virtual Fiocruz (CVF) Ana Furniel fez uma apresentação com informações sobre a situação atual do Campus, mas antes fez breve contextualização. Para isso, destacou alguns aspectos das mudanças que estão em curso na educação mundial, dando destaque às melhorias da educação online, atraindo cada vez mais estudantes e a forte tendência para a educação híbrida, em que os professores estão desafiados a facilitar o uso de ferramentas digitais e a prover feedback aos alunos em tempo real. A título de exemplo citou o modelo da sala invertida em que primeiramente os estudantes exploram os temas em atividades online e o momento presencial é usado para tirar dúvidas, desenvolver projetos e trabalhos em equipe. As vantagens que se destacam nesse modelo são a promoção do autoconhecimento dos aprendizes e o desenvolvimento de habilidades profissionais essenciais, como capacidade de resolver problemas e de argumentar com confiança.

O CVF foi lançado em outubro/2016 como instrumento estratégico para facilitar a gestão da informação das diversas iniciativas educacionais existentes na Fiocruz, por meio de um ambiente virtual integrado, promovendo o uso comum de ferramentas tecnológicas que incentivam e facilitam a participação e o intercâmbio de informações nas diferentes redes parceiras.

Nesta fase inicial, o CVF demanda a ampliação do engajamento da comunidade no seu uso e aperfeiçoamento, condição vital para a continuidade de seu sucesso. Isto envolve estabelecer normas de funcionamento e responsabilidades e definir diretrizes e critérios para os cursos EAD e seus diferentes usos e contextos. O desafio principal está em resolver o problema da fragmentação e inconsistência das informações sobre as ofertas educacionais existentes.

O CVF disponibiliza três grupos de serviços: o Portal do Campus Virtual; a Plataforma de Aulas Virtuais no Moodle; e a Plataforma de videoaulas e recursos educacionais abertos (REA).

Neste momento temos 23 cursos EAD informados no Portal do Campus. Há também 11 ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); 9 cursos e 12 comunidades utilizando AVA no Moodle do Campus. Isto se traduz em 989 usuários no Moodle e 1.172 inscrições em cursos ou comunidades.

Uma importante medida integradora foi a unificação de Login de acesso, pela criação do acesso único UnaSUS e Fiocruz, pois antes o estudante ou usuário precisava entrar nos portais de cada unidade para descobrir o que havia de ofertas, para fazer suas escolhas.

Uma breve descrição dos serviços propiciados pelo Portal do CVF inclui: divulgação integrada das iniciativas educacionais presenciais e a distância através da integração dos sistemas de gestão acadêmica da Fiocruz; comunicação de notícias e eventos relacionadas a iniciativas educacionais da Fiocruz e seus parceiros; produção de entrevistas com pessoas de referência na área; integração de serviços e processos de EAD entre as unidades; integração e compartilhamento dos recursos educacionais das unidades por meio do repositório ARCA-REA (textos, áudios, vídeos, etc); intercâmbio de experiências entre as unidade e redes parceiras.

A Plataforma de Aulas Virtuais do CVF é composta pelos seguintes serviços: suporte a professores no gerenciamento de ambientes virtuais de aprendizagem (Cursos e Comunidades Virtuais); apoio ao ProfSaúde e à Escola Corporativa; suporte técnico aos alunos; orientação para produção de recursos educacionais abertos; consultoria/desenvolvimento de recursos educacionais; orientação para desenvolvimento de projetos de cursos EAD; apoio para desenvolvimento de vídeo aulas; desenvolvimento de cursos livres em parcerias; capacitação de professores na utilização do Moodle; plataforma de video-aulas para utilização nos cursos; e, seleção e edição de video-aulas.

Em seguida, Ana Furniel ressaltou que o CVF é instrumento importante para *integração com diversidade*, podendo ser visto como um nó central que articula (e atende a) quatro importantes campos ou componentes: as ações e medidas da Fiocruz; as demandas e exigências do SUS; o Atendimento à sociedade; e o apoio ao eixo de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No campo Fiocruz, lembrou os principais destaques: plataforma de aulas virtuais, disciplinas compartilhadas, capacitação de docents, barramento de dados de ensino, metodologias e práticas inovadoras, recursos educacionais abertos e redes de colaboração.

No que tange ao campo do SUS, destacou o papel do CVF para: tecnologias para o SUS, formação continuada, larga escala em formação, programa de Vigilância.

Para o atendimento à Sociedade pontuou: informação e comunicação, atendimento de demandas, educação aberta e maior abrangência.

E para CT&I, o Campus Virtual cumpre papel na formação de cientistas, divulgação científica, integridade e ética na pesquisa, inovação e redes de conhecimento.

Na parte final de sua exposição, Ana Furniel trouxe informações sobre as ações em andamento para a consolidação do CVF, com integração. Falou sobre o Grupo de trabalho de Educação a Distância, Grupo de Trabalho de Recursos Educacionais Abertos, a Plataforma Ecossistema Digital-Educacional e o Barramento de Dados de Ensino.

A criação do GT-EAD já fora indicada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como elemento importante para articular as iniciativas existentes e apoiar a consolidação e ampliação do Campus Virtual. Tendo sido indicação da última reunião da CTE em 2016, iniciou seus trabalhos neste ano e já realizou algumas reuniões, desenvolveu um roteiro para consulta às unidades sobre as iniciativas

existentes, cujos resultados estão em fase de consolidação. Uma primeira oficina de EAD será realizada já em maio próximo.

Em suas primeiras discussões, o GT-EAD debateu os problemas existentes no campo, destacando a inexistência de uma política para EAD na Fiocruz evidenciada na falta de financiamento institucional, dispersão de recursos e profissionais e a existência de muitas iniciativas sem troca de experiências entre elas. Também destacou dificuldades de conexão de internet e de carência de suporte e infraestrutura de TI, falta de definições de responsáveis nas ações matriciais, dentre outros.

Várias são as expectativas do GT-EAD, começando por aprofundar e incentivar debates e sinergias entre iniciativas de EAD na Fiocruz, chegando até à construção de um plano estratégico em EAD e definições de diretrizes comuns e apoio para desenvolvimento e capacitação, com definição de agendas de curto, médio e longo prazo e considere uma política de investimento financeiro. Isto envolve fortalecer o Campus Virtual como um núcleo capaz de apresentar soluções tecnológicas que suportem a criatividade da instituição. O GT espera liderar as unidades técnico-científicas para ampliar e consolidar as ofertas de cursos em EAD, integrando ações educacionais e acadêmicas das diferentes unidades vinculadas à Fiocruz. E para isso será importante implantar sistema que integre as informações necessárias à abertura e gestão de cursos a distância.

Já a Plataforma Ecosistema Digital-Educacional é a proposta de um espaço de colaboração, criação e de diálogo, que integre os diversos fluxos informacionais dos processos de produção, gestão, compartilhamento e avaliação de Recursos Educacionais Abertos.

Para os próximos momentos, várias iniciativas estão previstas, com destaque para: oficinas de capacitação de docentes, laboratório de inovação e experimentação de tecnologias educacionais, produção e armazenamento de videoaulas, barramento de dados de ensino... tudo isso resultando em ampliação das ofertas e a efetivação da Plataforma FioEdu.

Porém há inúmeros *desafios* postos para a consolidação do CVF, dentre os quais são destacados: sustentabilidade e recursos humanos para a equipe técnica do Campus; desenvolvimento de projetos matriciais entre as unidades; internet; infraestrutura; catalogação dos recursos educacionais já produzidos; padronização tecnológica; coleta de licença de uso dos recursos educacionais existentes; implantação do Sistema Importador de dados do ensino/barramento; desenvolvimento de ecossistema digital educacional; integração de uma plataforma Moodle e envio desses dados para o Moodle HUB Fiocruz.

Os problemas para importação de dados merecem ser detalhados: a Plataforma Siga apresenta muitos cursos com informações desatualizadas, inconsistentes ou incorretas; nem todos os cursos trabalham com dados corretos das classes, faltando padronização no cadastro das ofertas.

Para a importação de dados, algumas dificuldades do Siga se referem ao não atendimento de requisitos atuais, especialmente no que tange à oferta de turmas distintas para o mestrado profissional, para o controle e divulgação de editais. Ademais, informações sobre os cursos de educação profissional estão desatualizadas ou inválidas. E também faltam informações sobre as unidades de aprendizagem/disciplinas, professores e coordenadores. E a Plataforma SIMIOS (utilizada pela Ensp), não traz detalhamentos de informações sobre os cursos e ofertas e também não informa sobre editais.

Ana Furniel finalizou sua exposição brincando com o grupo com “9 verdades e 1 mentira” sobre o campo da EAD... em que o 10º ponto provocou os risos dos participantes aparecendo como a resposta à questão: “Nossos professores e alunos estão preparados para atuar em novos ecossistemas

tecnológicos de colaboração e difusão de ideias com flexibilidade e permeabilidade a novos atores”. Trata-se, talvez, do desafio principal que todos na Fiocruz temos a enfrentar.

Após a apresentação de Ana Furniel, houve novamente um brevíssimo período de interlocução com os participantes da CTE, tendo se pronunciado com questões ou ponderações: Juliana de Meis (IOC), Vinicius (Unasus), Luzia Carvalho (IRR), Marcia Silveira (VPEIC), Paulo Carvalho (Fiocruz Brasília) e Manoel Barral (VPEIC).

O CVF nos traz a possibilidade de trabalharmos por portfólios, pensando em trilhas de capacitação que serão construídas pelos aprendizes; atualmente estamos presos a currículos muito estruturados. Para a ideia de portfólio seria necessária uma câmara para que o aluno apresentasse o seu, para validação. Trata-se de uma visão mais flexível sobre o que é capacitação para a diversidade de demandas do campo da saúde.

Antes da conclusão desta parte, para a participação do coletivo no ato público previsto, Cristina Guilam fez uso da palavra para trazer algumas informações sobre o processo de construção do NovoSiga. Ele vem sendo organizado a partir dos problemas reais, concretos, estudando cada ato das Secretarias Acadêmicas, cada ator envolvido. Trata-se de um trabalho de parceria entre a VPEIC e a CGTI, com a participação de representação de várias unidades que possuem as atividades mais complexas. No momento atual já foi mapeado todo o *Stricto Sensu*, parte que está pronta para ser desenvolvida. O *Lato Sensu* foi mapeado parcialmente. Agora, com a criação do GT, estamos começando com a parte de EAD. Estamos em fase de definição sobre como será feito o desenvolvimento (por meio de fábrica de softwares ou por solução interna). É importante que as Vice-Direções de Educação das Unidades nos ajudem a incentivar os seus servidores a participarem das reuniões e a contribuir para a evolução deste trabalho.

Plenária e encaminhamentos - coordenação: Cristina Guilam e Paulo Carvalho

No período da tarde, das 14h às 16h30, realizou-se a plenária final, conduzida por Cristina Guilam, com o apoio de Paulo Carvalho.

Primeiramente, Cristina abriu a plenária agradecendo a todos os vice-diretores de educação que estão terminando seus mandatos e que foram muito parceiros ao longo dos últimos quatro anos. Lembrou que, além de não sermos formados como docentes, conforme discutido nesses dias, também não somos formados como gestores, tendo que realizar grandes esforços para conduzir nossas tarefas. Em razão disso, declarou seu grande respeito por todos. Também agradeceu a toda a equipe da VPEIC e CGPG engajada na organização desta reunião, destacando também as contribuições de Paulo, Fabiana, Tânia Celeste, André, Rosana e Alex.

Em seguida, Paulo apresentou aos participantes a pré-sistematização com a síntese das discussões realizadas ao longo da reunião. Tal material, distribuído em cópias impressas e projetado em tela, foi uma construção preliminar graças ao esforço de registro de várias pessoas (Carla Kauffmann, Fabiana e Alex Bicca). Os tópicos foram agrupados em seis campos temáticos que mereceram maior atenção dos participantes durante os momentos anteriores da reunião: integração, internacionalização, formação de docentes e atualização dos projetos pedagógicos, doutorado profissional, escola de governo da Fiocruz e Campus Virtual.

Após a leitura completa do documento de três páginas, foi aberta a palavra aos participantes, para contribuir nos temas e tópicos de maior interesse, uma vez que não havia tempo para tratar de todos. O debate contou com a contribuição das seguintes pessoas, que trataram de diversos aspectos, devidamente anotados e utilizados para aperfeiçoamento do documento-síntese: Ana Furniel (VPEIC),

Tatiana Wargas (Ensp), Débora Dupas (Fiocruz MS), Cristina Araripe (VPEIC), Luzia Carvalho (IRR), Guilherme Ribeiro (IGM), Renato Costa (COC), Patrícia Veras (IGM), Tânia Celeste (VPEIC), Idê Gurgel (IAM), Cristiana Brito (IRR), Fabiana Damásio (Fiocruz Brasília), Joselice Pinto (IAM), David Tabak (FAR), Anderson Buonafina (COC) e Ana Paula (IAM).

Sendo impraticável tratar e aprofundar a quantidade de tópicos presentes, foi aprovado o seguinte procedimento: enviar por email aos participantes, no dia seguinte, o documento com a síntese das discussões, já atualizado com intervenções feitas durante a plenária, para que fossem agregadas novas contribuições ou aperfeiçoadas as existentes, a partir das quais seria produzida uma sistematização final.

A reunião foi encerrada às 16h30 por Cristina Guilam, reiterando seus agradecimentos pela participação de todos.

P. S.: No dia 26/04 o documento-síntese dos debates foi encaminhado por email aos participantes, tendo recebido posteriormente contribuições de Manoel Barral Netto (VPEIC), Tatiana Wargas (ENSP) e Cristiana Brito (IRR). Com base nessas contribuições, o documento foi reelaborado e a versão final encontra-se reproduzida no sumário executivo desta ata.

Equipe organizadora da reunião

Cristina Guilam
Tânia Celeste
Ana Furniel
Paulo Carvalho
Rosana Valente
André Souza
Alex Bicca

Relatores

Alex Bicca
Carla Kaufmann
Fabiana Damásio
Paulo Carvalho

Elaboração da ata

Paulo Carvalho